

PROJOVEM CAMPO - SABERES DA TERRA NA PRÁTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM CIPOLÂNDIA/MS: OPORTUNIDADES E INSERÇÃO SOCIAL



Vol. 8 nº 15 jan./jun. 2013
p. 199-219

LEARNERS OF EARTH KNOWLEDGE-FIELD PROJOVEM IN THE PRACTICE OF FAMILY FARMING IN CIPOLÂNDIA/MS: SOCIAL INSERTION AND OPORTUNITY

Paulo Gomes Lima¹

(Universidade Federal da Grande Dourados)

Luzia Nunes Mamoré²

(Universidade Federal da Grande Dourados)

RESUMO: Este artigo analisa a percepção de jovens entre 23 a 30 anos de Cípolândia/MS, acerca dos impactos e contribuições do Programa Nacional de Inclusão de Jovens e adultos Projovem Campo - Saberes da Terra à sua inserção e oportunidade social. Utilizou-se a abordagem qualitativa como perspectiva de tratamento do objeto, por meio da entrevista como instrumento de coleta de dados, a partir de um roteiro previamente elaborado com questões semi-estruturadas e a pesquisa-ação como dimensão interventiva. Os resultados evidenciaram que, embora o PROJOVEM-Campo: Saberes da Terra tenha como proposta a qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores existem questões de fundo que ainda necessitam ser resolvidas: o direito à terra, a estrutura de programas de geração de renda, o apoio e criação de instrumentos para a fixação do homem no campo. Nesse sentido, as percepções dos sujeitos entrevistados, para a realidade de Cípolândia/MS, sinalizaram que a inserção e oportunidade social desencadadas pelo programa é válida, mas muito frágil.

PALAVRAS - CHAVE: Educação do Campo; Inserção e oportunidade social.

ABSTRACT: This article discusses the perception of young people aged 23 to 30 years of Cípolândia/MS about the impact and contributions of the national programme for the inclusion of youth (Projovem) Field-Knowledge of the Earth to their social insertion and opportunity. We used the qualitative research as prospect of

¹ Professor do Programa de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

² Especialista pela Universidade Federal da Grande Dourados [UFGD] no curso PROJOVEM Campo Saberes da Terra e docente do PROJOVEM Campo Saberes da Terra em Cípolândia/MS.

treatment of the object, through the interview as an instrument of data collection, from a screenplay previously prepared with semi-structured questions. The results showed that, although the PROJovem-Field: Knowledge of the Earth has as proposal the professional qualification and education for young farmers there are substantive issues still need to be addressed: the right to land, the structure of income-generating programmes, support and creation of instruments for the determination of the man in the field. In this sense, the perceptions of the subject interviewed, to the reality of Cipolândia/MS, provoked that social insertion and opportunity generated by the program is valid but very fragile.

KEYWORDS: Education in the field; Social insertion and opportunity.

Introdução

A inserção e oportunização social do homem no campo constituíram-se como um dos grandes desafios do governo brasileiro na primeira década do século XXI. Articuladas a esse quadro, questões como justiça social, eliminação da pobreza, fortalecimento das condições de vida de comunidades socialmente excluídas, dentre outros, constituíram-se como eixos para a elaboração de políticas públicas para o atendimento das demandas identificadas.

As políticas públicas constituem-se como ações do Estado destinadas a atender as solicitações sociais que em maior ou menor medida necessitarão de agentes normativos para o cumprimento do direito cidadão (LIMA, 2010). Elas não são construções abstratas advindas de um único segmento ideológico, visto que existem contextos conflitivos que não podem ser ignorados numa sociedade democrática.

Ao identificar a situação do homem do campo, quanto a sua formação profissional e pessoal em nível acadêmico no referido período, à luz das políticas públicas, inúmeras ações³ foram elaboradas com o intuito de encaminhar a questão, dentre elas, os “Saberes da Terra” que em 2005, foi incorporada ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), caracterizando-se como uma de suas modalidades, que numa projeção específica se expressava em oferecer “[...] qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental”, como maneira de identificar a ação, a sua denominação específica passara a ser cunhada como *Projovem Campo - Saberes da Terra*. O objetivo desse programa era o de ampliar o acesso e a qualidade da educação “[...] respeitando as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica, territorial e produtivas dos povos do campo”. (BRASIL, 2011).

Dessa proposição em nível nacional, não pretendemos responder se de fato tal meta foi alcançada em sua totalidade, nessa pesquisa, o que demandaria estudos em profundidade e levantamentos de dados específicos (objeto de que nos distanciamos no momento), mas refletir essa proposta a partir de um recorte de nossa realidade no Mato Grosso do Sul na região centro-oeste do Brasil.

O estado de Mato Grosso do Sul que apresenta características peculiares em

relação à totalidade do território brasileiro (as quais elencaremos algumas no decorrer dessa pesquisa), encamparia o norteamento deste programa a partir de 2006, tendo como eixo o desenvolvimento dos objetivos nacionais, respeitando-se as peculiaridades regionais quanto ao atendimento das solicitações do homem do campo. Para efeitos dessa pesquisa delimitaremos o Distrito de Cipolândia, situado no Município de Aquidauana/MS, como nosso recorte da problemática. Os respondentes da pesquisa foram alunos que participaram efetivamente do Projovem Campo – Saberes da Terra, tendo esse critério como um dos delimitadores de sua escolha.

A inquietação que norteou o desenvolvimento de nossa pesquisa, tendo em vista o quadro apresentado foi: *“Quais as percepções que jovens que participam do Projovem Campo-Saberes da Terra em Cipolândia/MS têm quanto à inserção e oportunidade social, particularmente quanto ao âmbito de Atenção a Agricultura Familiar para a sua realidade?”*. Os verbos da questão norteadora encontram-se no tempo presente, uma vez que quando da realização da pesquisa, os respondentes ainda estavam em curso no programa.

Para Marran (2011) “[...] ao levar em conta o imaginário social, observar os valores que fundamentam e podem contribuir para a ampliação ou universalização dos benefícios sociais [...]”, o pesquisador vê-se de frente de consideráveis encaminhamentos para se refletir as demandas identificadas.

A nossa ênfase, portanto, dá-se em torno de uma dimensão compreensiva do objeto, o que nos levou a escolher a pesquisa qualitativa como forma de tratamento dos dados coletados, visto que, a partir dessa abordagem é possível apreender as subjetividades e interpretações dos sujeitos sobre o seu contexto real (LIMA, 2003). Por meio de um roteiro de questões semi-estruturadas entrevistamos dez(10) estudantes, sendo quatro (04) do sexo masculino e seis (06) do sexo feminino. O critério formal para a escolha desse número foi a assiduidade de pelo menos 75% entre as atividades de Tempo Escola e Tempo Comunidade. A faixa etária dos respondentes foi compreendida entre 18 e 29 anos de idade. A escolha amostral não se deu por critério centrado em gênero, etnia ou outro indicador, mas tão somente, pelo nível de acesso de disponibilidade dos estudantes que aceitaram participar da pesquisa. A faixa etária inferior, dos respondentes assíduos situou-se em 23 anos, ao passo que o limite superior chegou a 30 anos, dentre aqueles que se matricularam no intervalo legal determinado pelo programa.

A hipótese central de nossa pesquisa era a de que os estudantes afirmariam que efetivamente o Programa *Projovem Campo – Saberes da Terra* teria contribuído para o processo de inserção e oportunidade social em Cipolândia/MS. Outra hipótese quanto à faixa etária superior era a de que precisaria ser revista, bem haveria que se providenciarem espaços apropriados para aproveitamento das especificidades e potencialidades do local de morada e produção. Em que pesem outros determinantes é imprescindível se considerar como os atores sociais “liam” as iniciativas governamentais (local e nacional) ao lançarem o olhar sobre sua própria realidade, objeto de nossa pesquisa.

Em nível de organização textual esse artigo foi desenvolvido didaticamente em seis seções articuladas: a) contexto e demandas do Programa Projovem Campo Saberes

da Terra: Agricultura Familiar e Sustentabilidade; b) O Projovem Campo Saberes da Terra no Brasil: currículo integrado e alternância; c) O Projovem campo – saberes da terra no estado de Mato Grosso do Sul; d) Aquidauana/MS e Educação do campo: localização e caracterização do espaço; e) Projovem Campo – Saberes da Terra na percepção de alunos do Distrito de Cipolândia em Aquidauana/MS e f) Encaminhamentos para se pensar a não-exclusão social do homem do campo.

Contexto e demandas programa Projovem Campo Saberes da Terra: Agricultura Familiar e Sustentabilidade

As políticas públicas definiram Educação do Campo como um espaço educacional com objetivo de atribuir visibilidade aos camponeses com enfoque maior no trabalho, enquanto gerador das condições necessárias para de produção para subsistência (BRASIL, 2011). Tal apropriação e uso de direitos é resultado de anos de luta dos movimentos sociais que denunciavam e denunciam historicamente os descasos da realidade brasileira quanto à divisão social de classes e, mais especificamente, das particularidades específicas do homem do campo que, marginalizado não é praticamente expropriado e geralmente se evadia da zona rural.

Esse quadro não passara despercebido tanto na Constituição de 1988, quando da proposta de favorecer a radicação do homem do campo por meio de algumas políticas indutoras, assim como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9394/96 (LDBEN).

A LDBEN mencionada, reforçando os princípios de apoio e garantias de direitos do homem da zona rural ou mais comumente chamado de homem do campo reconhece em seus art. 3º, dentre outros princípios da educação nacional, o constante no inciso XI que prevê a “[...] vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (BRASIL, 1996). O imperativo desse princípio embora abranja a educação como um todo no Brasil, para a educação rural tem um sentido implícito que não dissocia escola e aplicação dos conhecimentos produzidos nesse para um projeto maior de oportunização, inserção social a partir da realidade vivenciada, sendo essa uma das principais demandas da agricultura familiar.

Como resposta ao reconhecimento que o homem do campo fosse penalizado pelo sistema educacional, por conta dos seus tempos, currículos e espaços determinados para educação escolar formal, a LDBEN 9394/96, previu e possibilitou a organização da educação básica levando em conta as peculiaridades dos processos de aprendizagem e condições da região onde as demandas sociais por educação ocorrerem, como segue:

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo

como base as normas curriculares gerais.

§ 2º **O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei. (BRASIL, 1996, sublinhado nosso).**

A complementação da idéia de que as diversidades sócio-culturais e econômicas não deveriam ser desprezadas na organização e efetivação da escola no campo foram contempladas em forma de artigo específico, recortando a nova orientação que deveria ser dada para a educação rural. Nesse sentido, concordamos que houve a contemplação dessa preocupação, como segue:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, sublinhado nosso).

Essa nova configuração da Educação Nacional contribuiu para que a Educação do Campo se efetivasse através da legislação brasileira, outro traço de reconhecimento dos direitos sociais destacados, a projeção do *Programa de Educação do Campo Projovem Campo – Saberes da Terra*.

As políticas públicas⁴ foram organizadas em forma de leis com o objetivo de delinear os vetores para as diretrizes operacionais específicas destinadas aos residentes do campo. O *Programa de Educação do Campo Projovem Campo – Saberes da Terra* é, portanto, parte das políticas de inclusão social que, inaugurado em 2005⁵, deveria priorizar a sociabilidade e profissionalização como parte técnica acerca da produção, a adequação do currículo e tempo de estudo para respeitar as especificidades do campo, não a sua conformação aos dispositivos previstos para a educação formal que se pratica nas escolas de zona urbana. A grande ênfase do Programa centra-se na concepção de uma educação a partir do campo e para o campo na perspectiva de atribuir à educação oferecida algo além duma escola urbana no meio do mato (MAMORÉ, 2006, p. 34).

É substancial destacarmos que para a interiorização ou “inculcação” da compreensão de que diferentes populações requerem condições específicas de atendimento; necessário se faz a desconstrução de paradigmas pré-concebidos quanto à indução homogeneizadoras de políticas públicas, uma vez que coloca a parte, leituras que são delimitadas por realidades sócio-culturais e econômicas específicas. Essas últimas são importantíssimas no que diz respeito à existência de tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir, consequentemente:

Escolas do campo – aquela que tem sua sede no espaço geográfico classificado pelo IBGE como rural, assim como as identificadas com o campo, mesmo tendo sua sede em áreas consideradas urbanas. Essas últimas são assim consideradas porque atendem as populações cuja produção, social e cultural está majoritariamente vinculada ao campo. (NEMER, 2011, p.5)

Com o objetivo histórico de serem contempladas tais considerações as políticas públicas para a educação do homem do campo, entre o final da década de 1990 e com mais ênfase na primeira década do século XXI (como o Programa de Educação do Campo Projovem Campo – Saberes da Terra, iniciado em 2005), passaram dentre outras iniciativas, a promover ênfase na educação para desenvolvimento da Agricultura Familiar e Sustentabilidade. Tais iniciativas visavam além de conter o fluxo migratório campo-cidade, também a chamar a atenção necessária ao homem do campo, historicamente secundarizada pela desvalorização de seu trabalho. A esse respeito KOLLING, CERIOLI, CALDART (2002, p.27) destacam que:

A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos. É preciso compreender que, por trás da indicação geográfica e da frieza de dados estatísticos esta uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que, compõem a vida no e do campo, em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais... A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar este povo, estas pessoas que trabalham no campo, para que se articulem se organizem e assumam a condição de sujeitos de direção de seus destinos.

O Programa de Educação do Campo Projovem Campo – Saberes da Terra, criado durante a primeira gestão do governo Lula estava fundamentado num eixo articulador – Agricultura Familiar e Sustentabilidade – que seria a matriz orientadora de eixos temáticos para o trabalho com os estudantes do campo. Tendo como população alvo a formação de jovens agricultores entre 15 e 29 anos e sua instrumentalização para o trabalho, os eixos temáticos foram organizados em número de cinco: a) Agricultura familiar: identidade, cultura, gênero e etnia; b) Sistemas de produção e processos de trabalho no campo; c) Cidadania, organização social e políticas públicas; d) Economia Solidária e e) Desenvolvimento Sustentável e Solidário com enfoque Territorial⁶.

No desenvolvimento desses eixos deveriam ser contempladas a formação profissional e a escolarização pertinente, cuja organização da proposta curricular deveria prever dois tempos a) um momento para agregação dos conhecimentos na escola (saberes elementares, técnico-científicos, planejamento, possibilidade de pesquisas, organização de atividades em grupos, confecção de materiais pedagógicos, etc) – Tempo Escola e b) outro período para que os jovens se dedicassem a socialização dos aprendizados em sua comunidade: as pesquisas, os estudos, os experimentos, inclusive tentando identificar

pontos que favorecessem ou dificultassem o desenvolvimento das atividades voltadas para a Agricultura e Sustentabilidade de cada local de moradia – Tempo Comunidade.

A organização do Programa centrada no processo de valorização e incentivo dos jovens, no âmbito da agricultura familiar por certo significou um momento relevante na transformação social da realidade de jovens da zona rural (CASTRO, 2009), entretanto, ressalta-se que para um determinado número de unidades federativas e nestas, alguns pontuados municípios, dos quais o Distrito de Cipolândia no Município de Aquidauana no estado de Mato Grosso do Sul se destaca.

Sabemos e reconhecemos que existem algumas solicitações sociais sendo contempladas em tal iniciativa, entretanto, não se pode deixar de considerar que se trata de uma política de governo, cuja natureza ou grau de intervenção é conjuntural ou emergencial, isto é, identificadas algumas situações de demandas ou vulnerabilidades de alguns grupos sociais, ações pontuadas são canalizadas para o seu encaminhamento. Os possíveis benefícios têm abrangência segmental e fragmentada, conseqüentemente, não se aplicam a realidade do país como um todo, mas somente aquelas identificadas e privilegiadas pela prioridade governamental e o pior por este recorte é que podem assumir uma função social distributiva, inferindo no conseqüente clientelismo (TEIXEIRA, 2011, p.3).

Enquanto no Brasil, não forem inauguradas políticas de estado de cunho universalista que de fato promovam a democratização e acesso aos benefícios sociais, quaisquer outras iniciativas precisam ser muito bem consideradas e discutidas, visto que numa dada sociedade com demarcadas dimensões de divisões de classe social, as políticas compensatórias induzem à idéia do direito e da justiça social, velando em sua estrutura o seu oposto.

Entendemos que o Programa de Educação do Campo Projovem Campo – Saberes da Terra é uma iniciativa válida no tocante às induções ao processo de diminuição das desigualdades de distribuição de benefícios sociais, mas sem perder de vista os pontos contraditórios de sua própria intenção pública, o seu tempo de duração e sua efetividade, uma vez que a passagem de uma política de governo para uma política de estado é compassada por sua validação e solicitações de segmentos sociais que primem pela universalização do direito. A agricultura familiar e a sustentabilidade, é um dos pontos de um todo maior que passa por essa discussão, daí a necessidade de aprofundarmos os seus fundamentos e algumas condições específicas que, enquanto políticas compensatórias, se dão de maneira insuficiente mesmo para os espaços recortados a que se destinam.

O Projovem campo – saberes da terra no Brasil: currículo integrado e alternância

O Projovem campo- saberes da terra é um programa do governo federal faz parte da política nacional direcionada a jovens agricultores (as) familiares considerados conforme os requisitos do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, mas ainda é objeto de discussão na transição ente política de governo e política de estado, entre políticas de abrangência segmentada e políticas de alcance universal tanto quanto à

democratização, quanto ao acesso e extensão. A Educação de Jovens e Adultos neste modelo integra a Qualificação Social e Profissional destinada Agricultores(as) Familiares com o objetivo de desencadear ações coletivas na possibilidade de maior atendimento às solicitações do homem do campo, visão distinta de uma educação predatória centrada para e no agronegócio e exploração indiscriminada dos recursos naturais (NEMER, 2011, p.6).

A linha diretriz do currículo para a educação do homem do campo que integra e alterna tempos e espaços formativos certamente é uma proposta diferenciada sobre a realidade de um segmento populacional historicamente marginalizado, portanto, a valorização do meio, sem deixar de lado as apropriações dos conhecimentos culturalmente construídos e contemplados em maior ou menor grau no Programa, daí a sua atualidade e necessidade de se constituir como parte consolidada da política de estado para esse contexto.

A organização curricular prevê a intervenção pedagógica centrada no diálogo constante com a realidade vivida, isto é, na interação dos sujeitos com a comunidade e trabalho, desencadeando questões que articulam os conteúdos a partir de realidade prática dos educandos (as), reforçando o que o Plano Nacional de Qualificação 2003-2007 (BRASIL, 2003, p.30) orienta quanto a uma educação integral do/da trabalhador/a que requer “[...] uma construção curricular que envolva as dimensões: técnico-científica, sociopolítica, metodológica e ético-cultural” para garantir formação integral sendo necessário visualizar saberes do conhecimento popular nas práticas de qualificação social e profissional apropriadas das tecnologias e conceitos reunidos pelas áreas do conhecimento. Nessa linha direcional, segundo Bourdieu (1986, p.24) qualquer teoria ou similar descolada dos dados da realidade é frágil em sua concepção de sentido, neste caso, a proposta do Programa se propõe a garantir e aprimorar os sentidos identificados na realidade do homem do campo, tarefa em construção, de suas reivindicações sobre os fazeres da e na terra, entretanto, outras questões ainda são muito compartimentalizadas nas discussões e encaminhamentos, como é o caso da propriedade rural.

Por outro lado, é oportuno destacarmos que o Projeto Político Pedagógico do Projovem Campo Saberes da Terra (BRASIL, 2008) explicita a necessidade da ação dos sujeitos em construção coletiva trabalhadas em períodos dialógicos de e sob a forma de alternância regular direcionado a ressignificação da população que vive no campo e do campo onde cria e reproduz além das relações sociais.

São previstos dois anos de aprendizados e troca de experiências, composto por períodos de alternância em tempos de estudos e pesquisas a partir das ocupações que compõem o eixo temático articulador. O eixo temático articulador Agricultura Familiar e Sustentabilidade é composto por cinco ocupações (Sistema de Cultivo, Sistema de Criação, Extrativismo, Aqüicultura e Agroindústria) do Arco ocupacional Produção Rural Familiar para ajudar compreender melhor os problemas do camponês nas suas relações sociais no espaço do bem viver objeto da análise deste artigo. O momento oportuno para dinamizar formas e intervenção social a partir da realidade local. (Idem, p.16)

O Projovem campo – saberes da terra no Mato Grosso do Sul

O estado de Mato Grosso do Sul (MS) está localizado na posição privilegiada próxima dos grandes centros consumidores do país e faz fronteira com dois países do MERCOSUL Paraguai e Bolívia e abriga a maior planície pantaneira do mundo cercada parcialmente pelas serras de Maracajú e Bodoquena. Tudo isso faz do Distrito em estudo um espaço oportuno para desenvolver Educação do Campo

Desde 1999 o estado de Mato Grosso do Sul desenvolve uma política educacional diferenciada para populações do campo como resultado de um amplo processo de debates, com formulações de propostas e de experiências concretas dos movimentos sociais de comunidades camponesas, integrantes do Comitê de Educação do Campo juntamente com a Secretaria de Estado de Educação e Conselho Estadual de Educação/MS (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MS, 2006), entretanto, sabemos que numa sociedade demarcada por divisões de classe as peculiaridades regionais não são resolvidas com intenções diferenciadas ou induções do gênero, mas para além da discussão, da efetivação e extensão dos direitos públicos e sociais de fato, para todos.

No ano de 2006 a rede pública estadual de educação contava com 12 escolas rurais para atender 3.877 educando (as) de todos os níveis e modalidades da Educação Básica; sendo 2777 educando(as) do Ensino Fundamental, 848, entre outras modalidades a educação de Jovens e Adultos. Esse quantitativo cresce consideravelmente por conta dos inúmeros assentamentos, cerca de 130, e em processo de assentamento ocupando uma área de 529.354 hectares somando 20.809 famílias no estado. Decorrente de uma política de reforma agrária que discute o modelo de Educação Rural que até então recorta uma educação desvinculada com o desenvolvimento dessa população (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MS, 2006).

Os elementos apresentados indicaram a necessidade de se oferecer a essa parcela da população (15 a 29 anos) a escolarização correspondente ao Ensino Fundamental aliada a qualificação social e profissional, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, mas nos perguntamos, se a extensão etária não poderia ser repensada tendo em vista a um número ainda significativo de pessoas com mais idade ainda não contemplados, hoje, já na segunda década do século XXI. Para o desenvolvimento da proposta de desurbanização do currículo e implementação do modelo de educação específico para o ensino no campo a Secretaria de Educação do Estado contou com a parceria das prefeituras municipais dos movimentos e entidades sociais do campo com objetivo inicial de atender 300 educando(as) no biênio 2006/ 2008 (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MS, 2006, p. 5). Desde então tem seguimento o Projovem Campo Saberes da Terra estruturado para a faixa etária identificada. Em continuidade ao nosso objeto teceremos, a seguir, um breve desdobramento do programa em Aquidauana/MS

Aquidauana/MS e educação do campo: localização e caracterização do espaço

O município de Aquidauana, conhecido como a Princesa do Sul é o portal do

Pantanal . Localiza-se na Região Centro-Oeste do Estado de Mato Grosso do Sul, ocupa uma área de 17.008,5 km², sendo que 2.371 hectare dessa área, corresponde a área urbana, definindo a sua maior parte em extensão territorial como área rural. Seu território pode ser dividido em duas partes distintas: a região alta representada pelo cerrado, boa parte da qual está caracterizada pela Serra de Maracajú e seus diversos ramos e a região baixa, representada pela planície Pantaneira que corresponde a 70% ou aproximadamente 12.000 Km². De acordo com o IBGE (1994), Aquidauana está localizada numa área de transição entre a depressão do Rio Paraguai o Planalto de Maracaju e a Planície Pantaneira definindo esse relevo. Aquidauana encontra-se entre os paralelos de 18°48' 15" e 20°28' 57" de latitude Sul, e entre os meridianos 54°55'45" e 56°59' 15" de longitude Oeste (IBGE/1994).

Segundo Silva (2002), o município de Aquidauana limita-se ao Norte com Corumbá e Rio Verde de Mato Grosso, ao Sul com o município de Anastácio e Dois Irmãos do Buriti, a Leste com Corguinho, Rio Negro e Terenos e a Oeste com Miranda e Corumbá. A comarca recebe o mesmo nome do município e está distante 138 km da capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Pertence à Macro Região: Centro-Oeste; Meso Região: Pantanal Sul Matogrossense; e a Micro Região: Aquidauana.

O município de Aquidauana possui duas estações climáticas bem definidas. A estação seca, ocorre durante o inverno e a das cheias, ocorre durante o verão. O clima do município foi classificado como sub-úmido com temperaturas variando em torno de 28° a 40°C no verão e no inverno podem ocorrer geadas. É banhado pela bacia hidrográfica pelos rios: Aquidauana, Miranda, rio Paraguai; o rio Taquarussu que é o principal afluente pela margem esquerda; o Taboco, junta-se ao rio Negro, ao Norte do município beneficiando o complexo hidrográfico (LIMA, 2004).

A seguir o contexto em que a gerencia municipal de educação reuniu políticas específicas para atender o ensino do campo e garantir o ensino em Aquidauana. O município possui quatro realidades diferenciadas: 1) as Escolas Urbanas, 2) as Escolas Indígenas, 3) as Escolas Pantaneiras e 4) as dos Distritos entre elas, a Escola municipal ALFA⁷ localizada no distrito de Cipolândia além dos alunos(as) do distrito atende as fazendas, assentamento Indaiá (1,2,3 e 4), Acampamento Pantanal localizado na Estrada em frente a fazenda Mundo Novo.

O Programa Projovem Saberes da Terra, teve início em Aquidauana no ano de 2009, quando discussões e efetivação de acampamentos estavam em andamento, mediados pelo INCRA⁸, pelo Estado e Município. Nesse âmbito, destacamos a inserção do Distrito de Cipolândia na Agenda do Programa e, a partir do mesmo recortamos as falas dos educandos do Eixo Agricultura Familiar e Sustentabilidade sobre suas percepções quanto à dimensão de inserção e oportunização social atribuídas aos saberes e fazeres dele derivados.

Projovem Campo – Saberes da Terra na percepção de alunos do Distrito de Cipolândia em Aquidauana/MS.

A comunidade denominada São Matheus, Cipó e finalmente Cipolândia foi

povoada por volta de 1934. Segundo informes recolhidos na comunidade, assim denominada devido a grande quantidade de cipós e por conta do córrego existente na região de curvas sinuosas na sua fisiologia e do garimpo de diamantes, o que fez a população local chegar a 12.000 pessoas por conta do garimpo, diminuindo consideravelmente por seu esgotamento, provocando a migração e a população restante passou a ser constituída de famílias que trabalhavam com lavoura. (MORAES, 1997).

Por ser caracterizada por uma considerável população rural, bem como observados os assentamentos do Distrito em Cipolândia/MS, o ensino acompanha a proposta do Projeto Político Pedagógico Projovem Campo Saberes da Terra (BRASIL, 2008) numa escola rural. Na organização dos tempos e espaços formativos, na carga horária, na formação continuada dos educadores (as). Na organização do tempo a escola observa o que orienta o projeto experimental (2006), no módulo único com 68 semanas de tempo-escola (1800 horas), 22 semanas equivalente (600 horas) de como Tempo-Comunidade, totalizando 90 semanas com duração de 2 anos totalizando 2400 horas. As aulas são integradas e contínuas, isto é, acontecem todos os dias da semana, juntamente com o Planejamento Integrado (PI) das áreas de estudos, seus componentes curriculares e a parte diversificada, conforme percurso formativo previsto tanto pelas Diretrizes Curriculares do ensino Fundamental (Resolução CEB/CNE nº 02 de 07 de abril de 1998), quanto pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo (resolução CNE/CEB nº 01 de 03 de abril de 2002) que também respaldam a flexibilidade dos Tempos Formativos em Alternância nas escolas do campo.

A dinâmica do trabalho com os jovens contemplados na faixa etária prevista pelo Programa compreende estudos dirigidos por quatro educadores, o que facilita a intervenção e contribuição do grupo, à medida em que as inquietações são levantadas; sessões de vídeos para contextualização de fatos históricos por exemplo e a relação com a realidade cotidiana com foco no objeto de formação; palestras; visitas agendadas com antecedência devido as longas distancias em que se encontram os(as) estudantes e considerando também o deslocamento dos educadores.

As praticas e experimentos estão ligados aos saberes e fazeres agrícolas e artesanais, sempre desenvolvidas no grupo familiar, além de um conjunto de projeções conversadas e negociadas no tempo comunidade. O tempo comunidade constitui-se de atividades orientadas com acompanhamento parcial dos educadores (as). As pesquisas organizadas têm teor investigativo composto por leituras específicas de aprofundamento e reflexões a serem debatidas em grupo em sala ou no grupo familiar, atentando sempre para a produção ou ocupação, objeto do Programa.

As visitas as famílias são feitas comumente no Tempo Comunidade (TC), porem como as distâncias das moradias ate a escola (de até 40 km) muitas vezes impedem os educandos freqüentarem a escola no período de aula (TE), além do horário normal noturno, selecionamos em acordo com os estudantes as terça e quintas no horário matutino, aulas nas moradias visando favorecer e aprofundar os níveis de aprendizagens.

Instrumentos como caderno pedagógico, projeto político pedagógico e percurso formativo (TE/TC) constituem parte dos saberes e fazeres educativos, assim como as trocas de informações da formação continuada e monitoramento das ações interventivas

realizadas. A formação continuada, sob a responsabilidade da UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados tem a atribuição especial de organização, articulação e cooperação com outras organizações e profissionais que atuam em educação do campo, sejam elas de outros órgãos governamentais, organizações não governamentais, movimentos sindicais e sociais, e educadores das redes publicam de ensino, desde que engajadas em desenvolver políticas públicas de educação do campo (BRASIL, 2009).

Os educandos(as) atendidos no distrito de Cipolandia a Educação do Campo apresentam diversidade um perfil peculiar como segue: acampados (ou em processo de assentamento), assentados(as), funcionária pública, trabalhadores rurais, oleiros e moradores do distrito.

Para atender a ocupação ou pratica na relevância de unir teoria e trabalho na família, foi necessário atribuir às praticas da agricultura familiar, outros saberes e fazeres quanto ao artesanato, especificidades da plantação e cultivo, extrativismo e lida com o gado, assim como produção dos derivados.

A ênfase da análise qualitativa sobre as percepções dos atores sociais entrevistados deu-se por meio da coleta de suas devolutivas, isto é, a partir dos eixos profissionalização, escolarização e sociabilidade. Assim, elaboramos um roteiro de entrevistas semi-estruturadas em número de 10 (dez) questões e durante o processo de desenvolvimento de atividades docentes no Programa, centrada nos pressupostos da pesquisa-ação⁹, ocorreu a aplicação do roteiro, portanto, a partir do próprio local epistemológico dos atores sociais. Nesse caso, a pesquisa-ação possibilita uma imersão considerável centrada nas trocas em que os pesquisadores que também foram partícipe do processo ou ambiência do contexto da pesquisa com os pesquisandos e demais atores em conjunto. Logo, percebemos que as devolutivas dos atores sociais envolvidos suas percepções, sentimentos e interpretações, constituem um rico quadro de investigação à luz da pesquisa qualitativa, à medida que, destacavam o seu olhar sobre a trilogia acima identificada.

Como se trata de um espaço específico de um artigo científico, nos delimitaremos em apresentar apenas algumas pontuações dos atores entrevistados, identificando-os com caracteres alfa-numéricos, pelo cuidado do sigilo de suas identidades daí o seu tratamento por A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10 quando houver solicitação ou destaques por parte da pesquisadora. Como veremos a seguir. De maneira particular, selecionamos a última questão para a discussão numa seção posterior (6), tendo em vista o seu caráter amplo e de múltiplas significações sociais e políticas, o que poderia servir de objeto de provocação e problematização da realidade evidenciada.

Essa preocupação se deu no processo de organização das atividades do Projovem para o atendimento daquele público-alvo. Assim, quanto a caracterização dos sujeitos dessa pesquisa, é oportuno destacar que alguns estudantes mudavam constantemente de fazenda, principalmente os trabalhadores rurais dificultando a pratica da agricultura, assim como os acampados. No grupo acompanhado no Distrito de Cipolândia – Aquidauna/MS o universo total de estudantes no Projovem-Campo Saberes da Terra reúne 39 pessoas, dentre assentados (07), acampados (06), Oleiro (1), moradores das fazendas (19), moradores urbanos do distrito (6). Desse universo, dentre os selecionamos os mais assíduos às atividades em TE/TC, totalizando 10 (dez) respondentes na faixa

etária entre 23 e 30 anos. Em relação à sua ocupação, quando indagados pela pesquisadora, identificamos (1) um trabalhador rural assalariado, (1) uma acampada, (1) um oleiro e acampado, (1) uma funcionária pública, (1) um motorista de ônibus escolar e acampado, (2) dois assentados (1 do sexo masculino e 1 feminino), (2) duas esposas de trabalhador rural e (1) uma filha de assentados. Em relação ao estado civil (2) dois são casados no papel, (7) sete se diziam amasiados e (1) um solteiro. Sobre a declaração de cor: (4) quatro se declararam de cor morena, (4) de cor parda, (1) de cor morena escura e 1 não respondeu.

A escolarização dos respondentes não ultrapassou o limite do ensino fundamental, considerando a organização da educação nacional anterior ao ensino fundamental de nove anos: [1] uma educanda havia parado de estudar na 2ª série, [1] uma na 4ª série, [3] três na 5ª série, [2] dois na 6ª série, [1] uma na 7ª série, e [2] dois educando(as) na 8ª série. Justificando a não conclusão de seus estudos um dos respondentes afirma que:

[...] nunca tive oportunidade de estudar, naquela época não tinha escolas pantaneiras e meus pais moravam só em fazenda, agora estou aproveitando a oportunidade de estudar e aprender o que não tive a chance de saber” (ENTREVISTA, 2011, A6).

Observamos que a nucleação de incentivos não é uma dimensão sem sentido, pelo contrário, o sujeito reconhece que as condições de trabalho a que sua família estava submetida não lhe conferiam a oportunidade da escolaridade e, por outro lado, não havia ainda meios ou mecanismos conhecidos por ele, como determinante alternativo. O conhecimento, portanto, das oportunidades foi destacado por todos os respondentes como eixo determinante da procura de trabalho e esse entendido não necessariamente como produto da força do homem na terra por iniciativa da canalização de forças pelas família, mas como advindo de “produção assalariada” (ENTREVISTA, 2011; A2, A6, A7, A8, A9, A10), assim ficou “[...] claro que quem planta, cria e ou faz serviços domésticos em casa, não trabalha [...]” (ENTREVISTA, 2011; A9).

Nesse sentido, vale destacar que 1 educando trabalha com carteira assinada, 6 não trabalham, outras repostas foram: 1 autônomo, 1 contrato, 1 motorista de ônibus escolar (tem carteira ainda não foi assinada). 1 trabalha na terra própria, 9 não trabalham na terra ou não se identificaram como trabalhadores do campo.

Vale destacar, no entanto, que o trabalho na terra é um eixo predominante na vida dos respondentes quer na agricultura, quer na criação de pequenos animais ou mesmo por meio do artesanato. Os respondentes explicaram que: 1 assentado já está produzindo no seu lote, 1 assentada que não, 1 acampada cria galinha, 2 esposas de trabalhadores rurais tem criação e produzem horta, 1 ajuda os pais na roça, 1 trabalhador rural sua esposa faz queijo com o leite cedido pela fazenda, 3 trabalham fora e não têm tempo para desenvolver nenhuma cultura, dois destes, estão inscrito no INCRA para receber um lote de terra. Quando feitas as observações dos resultados de seu trabalho, o pensamento é

reordenado, não somente sobre o valor do trabalho, mas do reconhecimento de si como ator social que produz. Nesse sentido, o meio exerce considerável influência tanto no núcleo familiar, quanto das solicitações por meio dos vetores empregatícios como segue:

Recebi elogios por parte do patrão conforme meus estudos posso ter aumento de salário e minha esposa também fala bem do meu esforço em voltar a estudar mesmo trabalhando muito durante o dia. (ENTREVISTA, 2011, A7).

No discurso e postura dos atores entrevistados, percebemos que não bastava estudar para “ser alguém na vida”, haveria que se buscar caminhos para uma inserção social que lhes fornecesse condições de oportunidades de trabalho para a sobrevivência, por exemplo como afirma A5: “[...] o que me motivou a participar do Programa Projovem Campo Saberes da Terra foi a chance em voltar a estudar por minha mãe ser assentada e não ter muita escolaridade então preciso ter mais conhecimento na Agricultura Familiar.” (ENTREVISTA, 2011). Outro conceito complicado é “estudar para ir trabalhar na cidade”, que também mudou. No início do curso, tanto como docente, quanto como pesquisadora não foi fácil trabalhar conceitos tão arraigados. A mudança só aconteceu mesmo quando compartilhamos leituras de ressignificação dos sujeitos do campo.

Sobre as motivações para participar do Projovem Saberes da Terra - I educando respondeu que teria chances de concorrer no mercado de trabalho formal, 3 para continuar os estudos, 1 pela possibilidade de melhor salário, 1 para montar o próprio negócio e 3 aprender a desenvolver a Agricultura Familiar ou na terra ou acompanhando os esposos nos serviços como empregados nas fazendas. Nesse sentido, segue uma segunda questão sobre a oportunidade de trabalho depois da realização do curso, cujas respostas contemplaram não necessariamente o mercado, mas a ascensão social (5 entrevistados), econômica (3), e de escolarização (2). A fala de A3, demonstra bem essa leitura: “[...]” como estou acampada o curso contribuiu para mim entender melhor o que é acampamento”. (ENTREVISTA, 2011).

Foi destacado pelos atores entrevistados que o conhecimento aprendido e desencadeado pelo Projovem favoreceu a sociabilidade (4), escolarização (4) e trabalho enquanto produção (2). E isto agregado ao reconhecimento pessoal como cidadão (6), provocando a necessidade maior conhecimento formal (4) e profissional (2), uma vez que se trata de assumir os direitos socialmente previstos pelos canais da democracia no país.

Um dos fatores identificados pelos respondentes que acrescenta qualidade e interesse dos estudantes e comunidade é a organização do programa centrada na abertura de lugares alternativos para estudo ou atividades de sociabilidade. No caso de Cipolândia/Aquidauana-MS a prática no viveiro de mudas, a criação de uma casa de cultura com aulas de artesanato em argila e fuxico e produção de sabão caseiro, promoção de eventos reconhecidamente como de importância para os participantes do programa e de sua vizinhança, dentre outros, “Dia da família”, “Feira da Solidariedade”, Festival de doces

na feira local, além de todos os eventos ligados ou não a Agricultura Familiar desde campeonatos, gincanas, desfiles cívicos.

A respeito do limite superior da idade de 29 anos para matrícula no Projovem Campo Saberes da Terra, apenas 1 educando respondeu que a faixa etária era apropriada, 9 responderam que não, sendo que destes, 2 sugeriram que deveria prever também menores de 18 anos e outros jovens acima dos 29 anos de idade, pois muita gente não seria excluída dessa oportunidade; 6 afirmaram que deveriam ser privilegiados somente os acima de 29 anos e 1 respondeu que deveria atender somente pessoas abaixo de 18 anos. Embora haja uma diversidade de posicionamentos, concordamos que haveria que se pensar num processo mais amplo de chamamento à participação, acompanhado, respectivamente das inversões em nível de recursos humanos e materiais para esse fim (ENTREVISTA, 2011, A2, A5, A7, A8, A9). Esses estudantes entendem que o Projovem poderia melhorar com mais profundidade as condições técnicas de desenvolvimento das atividades, não somente na agricultura familiar, mas na diversidade possível de produção do mundo do trabalho, o que seria explorado e justificando, inclusive para a oferta de oportunidades para outras faixas etárias, aproximando aprendizagem, produtividade e possibilidades de trabalho, no mercado formal ou direcionada para a subsistência.

Nenhum dos entrevistados mostrou intenção de procurar trabalho como assalariado ao concluir o curso; 4 educando(as) responderam que trabalharão por conta própria na terra, 1 como motorista assalariado e cuidando da terra. Outros: 1 montar próprio negócio na cidade, 2 estudar mais na área de Agropecuária, 1 abrir firma de equipe de peões de campo, 1 continuar com a produção de tijolos na cerâmica da família e na terra quando cortar a fazenda. Observamos pelas falas e trocas com os entrevistados que, uma das grandes contribuições do curso foi a de despertar leituras de mundo distintas a que estavam condicionados a ter, por exemplo:

Primeiramente aprendi a ter liberdade para transformar em produto as roupas que não serviam mais, aprendia a fazer fuxico e estamos fazendo uma colcha para rifar e arrecadar dinheiro para a formatura da turma do Projovem de Cipolandia./ Economicamente aprendi a economizar e gastar menos dinheiro a toa e que plantando podemos colher o alimento para minha família e o que sobrar posso vender. (ENTREVISTA, 2011, A4).

Do ponto de vista de melhoria de sua condição econômica e social, os respondentes relataram que o curso os ajudou a administrar melhor o seu salário ou suas entradas, acrescente-se o reconhecimento social e instrumentalização para favorecimento dos grupos em que estão inseridos:

[...] socialmente eu fiz novas amizades. No grupo Pantanal eu represento o meu esposo nas reuniões da FETAGRI- Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Na ausência da líder nós resolvemos os problemas como, por exemplo, a mudança de lugar dos barracos./ Oportunidade de ter

conhecimento para ser reconhecido como estudante [...] (ENTREVISTA, 2011, A2).

Como o Projovem Campo Saberes da Terra que para mim está me ajudando muito porque eu tinha pouco conhecimento hoje estou com a mente mais aberta. Tenho disposição para tudo porque sei que não vou ter mais dificuldades com as palavras. Para mim está sendo ótimo porque eu só estudei até a 5ª série, hoje eu com certeza vou para o ensino médio, dei um passo bem grande adiante. (ENTREVISTA, 2011, A10).

De maneira geral, todos os entrevistados entendem as oportunidades, sociais, a inclusão e a não-exclusão como objeto permanentes de discussão, recorrendo a consciência sobre a necessidade de uma sociedade não-excludente, distinta de uma dimensão de inclusão temporária e circunscrita como luta ainda por ser trabalhada, o que é próprio do espaço democrático. Além disso, destacamos que, embora não haja um repertório vocabular que dê conta de explicitar os seus olhares, há um despertar recorrente de dimensão crítica por parte dos entrevistados e esse posicionamento os faz definir os termos destacados, dentre outros, como:

Eu aprendi que direitos sociais são a luta pelo direito a terra, a saúde, segurança, transporte, saneamento básico e escola com ensino para atender as diferenças é o direitos iguais para todos e todas./ Inclusão é favorecer as pessoas com todos os direitos que eu falei acima independente das dificuldades ou deficiências. Exemplo Projovem para os presidiários./A não exclusão social é a prática de pensar nos outros, no coletivo [...] (ENTREVISTA, 2011, A6).

Direitos sociais são as lutas de acesso a terra para todos./ A inclusão é abrir escolas nos assentamentos para a tender crianças com problemas./Exclusão social é o que mais sofremos quando nos éramos acampados, não tinha direito a nada como muitas pessoas que estão na cidade trabalhando como empregado e assalariado e sem tempo para enfrentar a fila dos postos para cuidar da saúde e sem tempo disponível para estudar./ (ENTREVISTA, 2011, A1).

As falas dos sujeitos entrevistados destacam que algumas oportunidades educacionais estão ocorrendo, reconhecem que a importância da transformação social e o acesso aos direitos civis, políticos e sociais. Em especial, quando se reportam para o caso do Projovem, entendem como uma tentativa de inclusão social, que de maneira simples, mas ao mesmo tempo com sustentação, não confundem com a não-exclusão social. Tendo em vista a importância dessa discussão a partir da fala dos respondentes, identificaremos as suas percepções e pistas no encaminhamento para se pensar a não-exclusão do homem do campo à educação e ao direito de ser humano que têm direitos, sendo um deles, o de não ser secundarizado por conta de sua condição de classe.

Encaminhamentos para se pensar a não-exclusão social do homem do campo

Pedagogia da alternância, concessões de espaços e tempos específicos para a radicação do homem ao campo, enfim, sabemos que são iniciativas válidas, mas como observamos pelas percepções dos respondentes, ainda carecem de problematizações, nesse caso, não por outro motivo que o da sua não suficiência frente a um pano de fundo mais complexo. Isso se aplica para a educação do homem do campo, bem como para todo e qualquer estudante e trabalhador que vive numa sociedade ainda marcada pela luta de classes, mesmo que hajam perspectivas ou quadros de análises que querem enfatizar que esse olhar é ultrapassado (COIMBRA, 1987).

Se entendermos que o Brasil se caracteriza como país democrático de direito, cujas políticas sociais devem primar pela extensão horizontal para todos os cidadãos indistintamente, ao se delimitar fracionamentos de alcance aos bens comuns, o primeiro segmento frasal desse parágrafo torna-se tão somente retórico. A7 fornece uma pista para isso, no tocante à educação: “[...] A educação sem exclusão tem que atender toda população inclusive as comunidades mais distantes”. (ENTREVISTA, 2011). A não-exclusão social, nesse sentido, não é sinônimo de inclusão social, pois presumo o rompimento com as demarcações entre os bens culturais, econômicos, sociais, dentre outros, para além de uma estrutura que inclui, mas em seu cerne se mantém excludente, por conta da divisão social de classes.

Se o ProJovem é um Programa que promove a inclusão de jovens socialmente desfavorecidos, não haveria como abranger a não-exclusão por conta da condição econômica do homem do campo ou urbano? Não seria o caso de, a despeito de uma visão transcendental, como observada na citação a seguir, encontrar pistas para a sua elaboração?

A educação sem exclusão tem que atender toda a população de longa distância e difícil acesso. Se hoje estou estudando tenho que agradecer primeiramente a Deus e segundo a todos os professores por ter me dado força para estar aqui. (ENTREVISTA, 2011, A8).

A educação do Brasil para todos deve respeitar a realidade vivida de cada pessoa respeitando o seu trabalho. (ENTREVISTA, 2011, A1)

LIMA e FRAGA (2011, p. 159) observam que a “[...] dimensão universal, democrática e humanizadora não admite o confinamento conceitual do sentido de democratização do acesso” aos bens socialmente construídos, antes a trilogia destacada que se quer objeto de concretude, como acertadamente aponta Kosik (1976), deve ultrapassar a visão consentânea do direito que “foi permitido”, alcançando e materializando o direito de fato. Os movimentos sociais nesse aspecto tem papel de suma importância, ao entender e não negociar a reivindicação do processo de humanização, democratização e universalização em seu sentido completo.

Reconhece-se que alguns pontos no âmbito das políticas públicas sociais foram acrescidos de mudanças e essas articuladas por um discurso de solidarização mundial como se assistiu com muita ênfase na década de 1990 pela adesão incontinenti ao

neoliberalismo. Resultou desse encadeamento uma ecoação de humanismo do capital, cujo um dos eixos é a inclusão social, ao invés da não-exclusão. Ora, nesse caso, desarticula-se a possibilidade de reflexão do processo de expropriação histórica, consequentemente “[...] Abandonando os seus inimigos a reflexão sobre esse elemento regressivo do progresso, o pensamento cegamente pragmatizado perde o seu caráter superador e, por isso, também a sua relação com a verdade”. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 13). Não teríamos que nos debruçar sobre esses pontos também? Não teríamos que questionar a parcimônia das concessões distribuídas aos excluídos? Não seria importante e necessário, de onde estamos, aventarmos a revolução do pensamento, a revolução da sociedade, a revolução do homem que ser emancipado e emancipador?

Considerações finais

As devolutivas dos estudantes entrevistados evidenciaram que, embora o PROJovem-Campo: Saberes da Terra cumpra hoje uma proposta de qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores, circunscrita ao fator etário, a uma preocupação com a radicação do homem do campo no campo, existem questões de fundo de ordem estrutural que ainda não foram resolvidas. Essas são determinantes para se resolver a dicotomia da compreensão entre inclusão social e não-exclusão quanto aos direitos educacionais e formação para o trabalho.

Nesse sentido, as percepções dos sujeitos entrevistados, para a realidade de Cicolândia/MS, não negam a importância do PROJovem saberes da terra, como política pontual, entretanto, o grau de inserção e oportunização social desencadeadas pelo que embora válido para uma amostragem de realidade é ainda assim muito frágil em sua tentativa, à medida que identifica que somente a concessão de tempos e espaços não são suficientes para se modificar a estrutura da divisão social de classes, à medida que se sabe e se faz educação dicotômica quer para o homem do campo, quanto para o urbano.

Sabemos que a despeito das delimitações das políticas públicas, justificada pela existência do “contrato social”, a educação trabalhada como despertamento de mentes e consciências ainda possibilita algumas pistas para as modificações estruturais. Lima e Fraga (2011, p.170-171), afirmam que por meio de “[...] uma contra-internalização provocada pela educação... poderemos reunir a dimensão necessária de emancipação, libertação, justiça social, humanização e universalização das construções sociais”. Se for mais fácil falar do que fazer, qual é o caminho? Não estaria ele centrado na reflexão, no posicionamento, no uso da vez, voz e voto? E, principalmente na luta pela transformação social?

NOTAS

³ Embora a organização dos Programas de Inclusão social abranja outras modalidades como: Projovem Adolescente, Trabalhador e Urbano, empenharemos nosso olhar sobre o recorte da pesquisa: Projovem Campo – Saberes da Terra.

⁴ Assim como Marran (2011, p.28) entendemos políticas públicas como “[...] uma ou conjunto de ações promovidas pelos governantes por meio de normatizações, que num primeiro

momento podem partir de discussões coletivas, mas que a posteriori se materializam seja por meio de legislações ou projetos, definidos com ou sem a participação popular, com interesse de atender a uma demanda.”

- ⁵ Nascimento (2011, p.191) caracteriza o *Projovem Campo – Saberes da Terra – Saberes da Terra* como “[...] um programa de escolarização de jovens agricultores/as familiares em nível fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), integrado à qualificação social e profissional. O Programa surgiu em 2005, vinculado ao Ministério da Educação pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) com a meta de escolarização de 5.000 jovens agricultores/as de diferentes estados e regiões do Brasil: Bahia, Pernambuco, Paraíba, Maranhão e Piauí pela região nordeste. Mato Grosso do Sul no Centro-Oeste. Santa Catarina e Paraná pela região Sul. Da região Sudeste Minas Gerais e do Norte participam Pará, Tocantins e Rondônia”.
- ⁶ Os ministrantes ou professores para esse Programa deveriam inicialmente ser aqueles que participavam de atividades pedagógicas na regiões identificadas. No entanto, como o objetivo de sistematizar a lógica das Políticas de Inclusão Social, o governo Federal inicia o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo. Esse é uma iniciativa do Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em cumprimento às suas atribuições de responder pela formulação de políticas públicas de combate às desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações rurais e valorização da diversidade nas políticas educacionais (NASCIMENTO, 2011, p.193).
- ⁷ Nome fictício para preservação do sigilo sobre as instituições e seus atores sociais.
- ⁸ Jornal aquidanoticia.com.br (Seg, 14 de Dezembro de 2009).
- ⁹ Sobre a pesquisa-ação, vale destacar que se trata de uma manifestação de abordagem qualitativa que tem sido utilizada em pesquisas em diversas áreas como por exemplo na educação, política, ciências sociais, publicidade e propaganda, assim como na área organizacional, etc (FRANCO, 2008; PIMENTA, 2007; SOMMER, AMICK, 2006).

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALMEIDA, R. A. de. **Educação do Campo**: introdução a educação do campo. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2010.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa : Difel, 1986.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394**. Brasília/DF, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. MEC. INEP. SEEC. **Sinopse estatística da educação básica: censo escolar 1998**. Brasília, DF: 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto base Projovem Campo – Saberes da Terra: Programa Nacional de Educação de Jovens Agricultores(as) Familiares Integrada à Qualificação Social e Profissional**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/projovem_projetobase2009.pdf>.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Projovem – Saberes da Terra**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?id=12306&option=com_content&view=article. Acesso

em 12/07/2011.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, **Cadernos Pedagógicos do Projovem Campo – Saberes da Terra (Projeto Político-Pedagógico)** / Brasília: MEC/SECAD, 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ, 2003-2007**. – Brasília: MTE, SPPE, 2003.

CASTRO, E. G. de. **Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político**. In Rev.latinamericana de cienc. soc.niñez juv 7(1): 179-208, 2009 Disponível em <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>.

FRANCO, M.A.S. Pedagogia da pesquisa-ação. **Educação e Pesquisa** [periódico na Internet]. 2005 Set-Dez [acesso em 2008 Out 06]; 3(3):483-502. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022005000300011&script=sci_arttext.

KOLLING, E.J.; CERIOLI, PR.; CALDART, R.S. (Orgs.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília/DF: Educação no campo, vol. 4., 2002.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

IBGE. **Sinopse preliminar do censo de 1991**. Rio de Janeiro: I BGE, 1994.

LIMA, P. G. **Formação de professores: por uma ressignificação do trabalho pedagógico na escola**. Dourados/MS: EDUFGD, 2010.

LIMA, P.G. **Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional**. Artur Nogueira/SP: Amil, 2003.

LIMA, P.G.; FRAGA, A. Universidade pública brasileira: por um espaço da não-exclusão e da democratização do acesso. **QUAESTIO**, Sorocaba, SP, v. 13, p. 147-174, maio, 2011.

MAMORÉ, L. N. **Educação ambiental nas escolas pantaneiras: estudo de caso**. Monografia (Especialização em Geografia). Aquidauana/MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006.

MARRAN, A.L. **Avaliação da política de estágio curricular supervisionado: um foco na graduação em enfermagem**. Relatório [Qualificação de Mestrado]. Faculdade de Educação: Universidade Federal da Grande Dourados, 2011.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria do estado de Educação. **Projeto Político Pedagógico Saberes da Terra**. Campo Grande, 2006.

MEC. Por uma política de Educação do Campo. In: **MEC. Referências para uma política nacional de Educação do Campo**. Brasília/DF: MEC, 2004.

MEC/CEB/CNE. Parecer CEB/CNE nº 01/2006 – Recomenda a Adoção da Pedagogia da Alternância em Escola do Campo. In: SECAD. **Educação do campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília: MEC/SECAD, 2007.

MORAES, M. A. L. **A história de Cipolandia** – MS Departamento de História CEUA/UFMS, 1997.

NASCIMENTO, C. G. do. Políticas “públicas” e educação do campo: em busca da cidadania possível? In: **Revista Travessias**, n.07, p. 178-198. Disponível em http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_007/EDUCACAO/Pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf. Acesso em 20/07/2011.

NEMER, I. A. **MS: capacitação para o Saberes da Terra**. Disponível em <http://www.aquidauananews.com/> Acesso em 22/08/2006.

PIMENTA, S. G. Pesquisa-ação crítico colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação de docentes. **Educação e Pesquisa** [periódico na Internet]. 2005 Set-Dez [acesso em 2007 Nov 28]; 3(3):521-39. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a13v31n3.pdf>.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MS. **Saberes da Terra – Projeto de**

Educação de Jovens e Adultos Integrado com Qualificação Social e Profissional para Agricultores(as) Familiares/ Projeto Experimental/ MS. Campo Grande: SED/MS, 2006.

SILVA, R. H. D. da. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo: uma leitura comparativa a partir da temática da educação escolar indígena. In KOLLING, E.J.; CERIOLI, P.R.; CALDART, R.S. (Orgs.). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília/DF: Educação no campo, vol. 4., 2002.

SOMMER, R.; AMICK, T. **Pesquisa-ação: ligando pesquisa à mudança organizacional**. [Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais. n.4]. Brasília (DF):UnB; 1984. [acesso em 2006 Jul 17]. Disponível em: <http://www.unb.br/ip/lpa/pdf/04Action.pdf>.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Disponível em http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf. Acessado em 15/09/2011.

Recebido em 28/10/2011

Aprovado para publicação em 08/02/2013